

As insuficiências do neorealismo nas relações internacionais

Magnus Dagios¹

O trabalho abrangerá o estudo das relações internacionais ao expor as idéias da corrente neorealista, que procura atualizar as idéias realistas com um foco positivista. O que o neorealista propõe é um sistema sem conteúdo, uma tentativa de tornar científica as análises do realismo tradicional nas relações internacionais. Nesse sentido, o neorealista procurará superar as críticas que foram feitas contra os realistas, e através da defesa de uma teoria sistêmica das relações internacionais, tentar entender como funcionam o processo de mudança ou permanência da ordem estudada. Mas a tentativa do neorealismo de estabelecer uma teoria científica e racionalmente coerente, cumpre de fato as especificidades do científico e do racional? É possível estabelecer uma teoria que não inclua julgamentos valorativos e diretrizes para a ação? É o neorealismo uma corrente das relações internacionais que está imune a julgamentos morais, ou que pode ser considerada imparcial, sem conteúdos e princípios norteadores? O que se pretende é mostrar, primeiro a falta de poder explicativo da teoria neorealista em sua vertente norte-americana, e em segundo, uma dificuldade do neorealismo de se propor como uma teoria racional e científica mas que não consegue se desvencilhar dos valores e prescrições dos realistas tradicionais.

No tempo de Tucídides, com sua “História da Guerra do Peloponeso” já no V séc. a.C. estabeleceu as bases do realismo político que seria depois aperfeiçoada através da história. Mas os pontos principais continuam até o presente: 1) Estados (ou cidades-estados) são as unidades de ação nas relações entre os países; 2) eles buscam o poder, ou como fim em si, ou como meio para se atingir a outros fins; e 3) eles comportam-se de forma racional, e de modo compreensível para outros de fora da situação. Estas características permanecem até nossos dias como premissas explicativas para os realistas, e depois também influenciaram as análises neorealistas.

A defesa dos teóricos realistas para as suas teses é sua aplicabilidade prática para os problemas das relações internacionais. Elas fornecem uma base para lidar com problemas de segurança e ameaças entre os Estados. Através dessas premissas os realistas podem prever o

¹ Doutorando, PUCRS.

comportamento dos Estados de forma racional e com um bom grau de certeza, de acordo com os eles, e com isso escolher qual melhor ação praticar em dada situação.

A facilidade de aplicar essas premissas realistas para o sistema interestatal levou o realismo a ser o modelo dominante, e como intuitivamente plausível para os líderes estatais do período pós-medieval na Europa Ocidental. Nessa ampla aceitação, outros modelos como “A Paz Perpétua” de Immanuel Kant, que estabelecia uma livre federação de repúblicas, não seduziram os líderes mundiais. Depois da Paz de Westphalia em 1648, que legitimava o sistema estatal, o realismo político se tornou a sabedoria convencional dos Estados, principalmente na Europa.

Mas após a Primeira Guerra Mundial (1914-19), as teorias realistas, principalmente a teoria do equilíbrio do poder, foram amplamente responsabilizadas pela guerra:

A primeira Guerra Mundial causou uma enorme fragmentação social e ondas de choque de reação contra a carnificina sem sentido. A política de equilíbrio do poder foi amplamente responsabilizada pela guerra. Woodrow Wilson, o presidente americano durante a Primeira Guerra Mundial, era um típico liberal do século XIX, que considerava as políticas de equilíbrio do poder como imorais porque violavam os princípios da democracia e da autodeterminação nacional. Na opinião de Wilson: ‘O equilíbrio de poder é o grande jogo agora para sempre desacreditado. É a ordem antiga e perversa que prevaleceu antes desta guerra. O equilíbrio de poder é uma coisa sem a qual podemos passar no futuro’.²

O presidente americano Woodrow Wilson, um dos idealizadores da Liga das Nações, contestava o equilíbrio do poder pelo fato de que para manter esse equilíbrio muitas vezes as nações precisariam da Guerra, como por exemplo, ao tentar impedir que um Estado se torne preponderante no sistema dos Estados. Mas como a Primeira Guerra foi tão caótica e terrível, muitos começaram a questionar a necessidade da guerra para preservar o equilíbrio. Com isso Wilson imaginava um institucionalismo internacional, que como não poderia abolir os Estados soberanos, contudo poderia ser limitado por instituições aos moldes internos, como legislaturas e tribunais, e dessa forma, tornar o mundo mais democrático e liberal.

² NYE, Joseph S.. Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva, 2002. p. 103.

Mas com a ineficácia desde os anos trinta da Liga das Nações, e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os padrões realistas novamente adquiriram força. A luta contra os Nazistas colocou em dúvida a eficácia de leis internacionais e enfatizou o papel do poder nas relações internacionais. Com o fim da Segunda Guerra e o começo da Guerra Fria, EUA E URSS, assumiram o controle do poder mundial, como hegemônicos, e através de uma competição global, principalmente nas questões militares e tecnológicas, estabeleceram uma nova fonte para o modelo do realismo político nas relações internacionais.

Nesse período pós-Segunda Guerra, surgiram estudiosos das relações internacionais, principalmente no mundo angloamericano, que reelaboraram o modelo realista, como John Herz, George F. Kennan, Walter Lippmann, e Hans J. Morgenthau. Esses autores estabeleceram o realismo como contrário ao utopismo, legalismo, idealismo, que associavam com o modelo liberal nos estudos das relações internacionais. De fato, os realistas propuseram um modelo de política internacional que procurasse reafirmar os poderes dos países hegemônicos sem buscar um mundo seguro para a democracia. Desse modo, os realistas afirmavam que os Estados Unidos deveriam se envolver nos problemas internacionais para acumular um poder de forma racional, o que significava o abandono do isolacionismo americano.³

Com os fatos políticos internacionais e o poder argumentativo dos estudiosos e defensores do modelo realista, qualquer outra concepção internacional estava condenada. Quando desejavam falar de normas e ética, os discursos eram justificados em nome do conceito ambíguo e amplo do “interesse nacional”. E foi em nome desse interesse e da política de poder que um dos principais realistas, Hans J. Morgenthau defendeu suas idéias. Morgenthau não aspirava uma teoria, mas uma prática que pudesse olhar à frente dos estadistas e prever suas ações.

Pode-se dizer que Hans Morgenthau é o pai do realismo político do século XX, pois tentou sistematizar isso de modo a poder defender as idéias do realismo contra a tradição liberal. A partir dele, pode-se dizer que surgiu a disciplina da “Teoria da Política Internacional”, e com base em seus escritos outros autores estabeleceram suas próprias conclusões. Alguns dos conceitos-chaves para entender a teoria realista de Morgenthau são os interesses nacionais, a questão do poder, da racionalidade e do equilíbrio do poder. O modo como abordou esses conceitos trouxeram críticas para ele e para a concepção realista como

³ KEOHANE, Robert O. *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986. p. 9.

um todo, pois o que defendeu pode ser caracterizado como uma síntese do pensamento realista.

Morgenthau caracteriza a política internacional como uma luta pelo poder, e não apenas pelo fato de uma lógica inerente da política internacional ser a competição estatal, mas também pelo desejo sem limite pelo poder que se revela na mente humana. Como Hobbes, Morgenthau possui uma característica antropológica para defender seu realismo. Ele entende o poder como “a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, fenômeno esse que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social uns com os outros”. Tudo o mais é ideologia para tentar justificar o poder: “a verdadeira natureza da política se esconde por trás de justificações e racionalizações ideológicas”.⁴ Já no primeiro dos seis princípios do realismo político de Morgenthau está claro que “a política, como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana”.⁵ Deste modo, a teoria de Morgenthau se apoia nas características objetivas da natureza humana, e assim procura pela racionalidade que a ela é inerente, ou seja, existem leis objetivas que governam a sociedade.⁶

Contudo, como a antropologia Hobbesiana, a antropologia de Morgenthau não parece ser suficiente para fundamentar uma Teoria Política, tanto interna como externamente. Como atesta o neorealista Kenneth Waltz, esse tipo de antropologia considera alguns aspectos da natureza humana em detrimento de outros aspectos mais benignos. E falha para explicar variações de guerras e paz sobre o tempo e espaço, pois se a natureza humana é constante porque a guerra não deveria ser?⁷

Outro problema é a definição de poder de Morgenthau. Ele não distinguiu entre o poder entendido como um recurso que alguém possui, e o poder como a capacidade de influenciar outros comportamentos, como nos diz Robert O. Keohane. Se a definição de poder é uma capacidade de influenciar outras pessoas, qualquer efetiva ação no mundo político necessariamente envolverá o poder. Mas dessa forma, como tudo se transforma em poder, o que é uma tautologia, não poderemos aprender nada sobre as capacidades que criam essas influências, como tanques, economia, ideologias, etc., e nesse sentido se perde o aspecto explicativo que o conceito de poder poderia trazer. Se a definição de poder é o recurso que

⁴ MORGENTHAU, Hans. J. A Política entre as Nações. São Paulo: UNB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 199 e 173.

⁵ Idem. p. 4.

⁶ Idem. p. 5.

⁷ KEOHANE, Robert O. Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press, 1986. p. 11.

alguém possui, a teoria ganha uma base explicativa, mas se torna demasiada pobre para poder dar conta dos resultados políticos.⁸

Morgenthau considerou o conceito de balança do poder como uma consequência natural do poder político, ou seja, como um conceito universal. Esse desejo de tornar a balança de poder como um conceito natural acabou por torná-lo muito amplo e pouco definido. E como Morgenthau usou o termo tanto como em situações de equilíbrio de forças, como em situações de lutas pelo poder, o conceito “balança de poder” acabou por se tornar contraditório, devido a constatação de que para Morgenthau o equilíbrio não era algo inevitável.⁹

Com a falta de consistência na teoria de Morgenthau os realistas posteriores procuraram uma teoria que fosse mais coerente e eficiente e que ressaltasse mais a mudança no mundo político, a estabilidade e instabilidade, e não tanto as “essências” permanentes. Também não mais fundamentaram a teoria realista nos aspectos antropológicos, e sim numa teoria sistêmica, que tivesse como foco a competitividade e a anarquia do mundo político. Com o objetivo de buscar as variações no sistema internacional, Kenneth Waltz, o principal neorealista norte-americano, estabeleceu as bases para um realismo político com características positivistas.

Waltz parte do realismo clássico e neoclássico, como a premissa de que os Estados independentes operam num sistema de anarquia internacional, mas tenta ignorar os aspectos normativos e se concentra na tentativa de oferecer uma teoria científica das relações internacionais. No sentido inverso de Morgenthau, Waltz ignora a descrição de uma natureza humana com o objetivo de explicar as relações entre os Estados, e se concentra sobretudo em modelos positivistas de economia. Desse modo, com o foco em uma teoria científica, se pretende estabelecer uma certa previsibilidade no comportamento dos Estados.

Para Waltz, a melhor teoria de Relações Internacionais é uma sistêmica e neo-realista, que enfoque a estrutura do sistema, as suas unidades interativas e os seus atributos permanentes e dinâmicos. No realismo clássico, os líderes estatais e suas avaliações subjetivas das relações internacionais estão no centro das atenções. No neo-realismo, ao contrário, a estrutura do sistema, em particular a distribuição do poder relativo, é o aspecto analítico

⁸ Idem. p. 11.

⁹ Idem. p. 13.

central. Os atores são menos importantes, porque a estrutura os obriga a agir de determinadas maneiras. Estruturas determinam mais ou menos as ações.¹⁰

Para Waltz existe uma descentralização do poder, uma anarquia entre os Estados. Contudo, esta anarquia está atrelada a um sistema, que consiste em uma interação de unidades que exibem certa regularidade de comportamento sobre o tempo. Outra característica do modelo sistêmico de Waltz é a desconsideração pelos atributos das unidades do sistema, visto que o foco principal é a estrutura do sistema, e não as características das unidades pertencentes ao sistema. Essa prioridade pela estrutura se define pelo arranjo e a ordem das partes no sistema. A estrutura comporta três características principais: o princípio de ordem, a especificação das funções de cada unidade, e a relativa capacidade (poder) das unidades. O princípio de ordem é a anarquia. As funções das unidades (Estados) são similares uma em relação às outras. Por isso, o que interessa é a terceira característica, que determina a capacidade de poder de cada unidade. A distribuição de poder é a característica que diferencia as unidades. Nesse sentido, ao analisar a estrutura da política internacional, nós abstraímos todos os atributos dos Estados com exceção de sua capacidade de poder. Assim, se estabelece que a relação entre as unidades na dimensão de suas capacidades, entendidas em termos de poder se destacam em relação às qualidades intrínsecas das unidades.¹¹

Com sua teoria sistêmica, Waltz pretende responder aos críticos de Morgenthau sobre o papel do poder e da balança de poder nas relações internacionais. O interesse de Waltz é determinar como a mudança de poder afetará a relação de poder entre os atores estatais. O que se tem é uma reconfiguração da balança de poder num sistema anárquico entre Estados independentes, mas o sistema como um todo permanece com suas mesmas regras sistêmicas, das quais a mais importante é a própria balança do poder. Em meio a isso, a conclusão de Waltz é clara:

A teoria leva a muitas expectativas sobre os comportamentos e resultados. Da teoria, prevemos que os estados irão envolver-se em comportamentos equilibrados, quer seja ou não a balança de poder o objetivo de seus atos. Da teoria, prevemos uma forte tendência em direção ao equilíbrio no sistema. A expectativa não é que um equilíbrio, uma vez

¹⁰ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 123-24.

¹¹ KEOHANE, Robert O. Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press, 1986. p. 14-15.

alcançado, seja mantido, mas que um equilíbrio, uma vez interrompido, seja restaurado de uma forma ou de outra. As balanças do poder formam-se recorrentemente. Uma vez que a teoria descreve as relações internacionais como um sistema competitivo, prevemos mais especificamente que os estados exibirão características comuns aos competidores: nomeadamente, que se imitarão uns aos outros e se tornarão socializados no seu sistema.¹²

A tese principal de Waltz é a estrutura do sistema. Essa estrutura determina qual política externa determinado governo irá tomar. Desse modo, apesar de um país possuir determinadas características e não outras não irá influir de modo decisivo em suas políticas internacionais, pois as ações internacionais dependem de como a estrutura do sistema está determinada. Somente com base na análise estrutural, algum ator internacional poderá tomar suas decisões. Por isso, que apesar das diferenças entre os países, decisões internacionais, de acordo com Waltz, são tomadas de forma repetidas através dos tempos.

Quando a estrutura passa a ter um papel fundamental, a importância da antropologia nas relações internacionais perde a razão de seu fundamento. Por isso a descrição da natureza humana, como era posto tanto por Hobbes como por Morgenthau, não é mais contundente para os neorealistas. Waltz pensa em uma teoria científica, aos moldes das ciências naturais, claro que com as devidas diferenças, pelo fato de trabalhar com um tema que não pode ser testado em espaços pequenos. O modo de sistematizar uma teoria deve ser praticamente aquele das ciências naturais, e por isso Waltz se mostra preocupado quando no “domínio internacional as variáveis estivessem directamente ligadas sem constrangimentos estruturais a operarem sobre elas – como se os fenómenos com que lidamos estejam todos ao mesmo nível”.¹³ A esse ponto Waltz é enfático, e pensa que em uma investigação três perguntas iniciais deveriam ser respondidas:

- O objecto de investigação permite o uso do método analítico da física clássica – examinando os atributos e interacções de duas variáveis enquanto outras são mantidas constantes?
- Permite a aplicação de estatística em formas comumente usadas quando o número de variáveis se torna muito grande?

¹² WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002. p. 178.

¹³ Idem. p.27-28.

- O objecto de estudo não permite qualquer abordagem, mas em vez disso requer uma abordagem sistémica?¹⁴

E como construir uma teoria das relações internacionais? Segue a resposta de Waltz para essa pergunta:

Tal como qualquer outra teoria. Como se explica nos capítulos 1 a 4, primeiro, temos de imaginar as relações internacionais como um domínio específico; segundo, temos de descobrir algumas regularidades tipo-lei dentro dela; e terceiro, temos de desenvolver uma forma de explicar as regularidades observadas. (...) Até agora, o capítulo 6 mostrou como as estruturas políticas são responsáveis por alguns aspectos recorrentes do comportamento dos estados e para certos padrões repetidos e duradouros. Onde quer que os agentes e as agências se juntem pela força e pela competição e não pela autoridade e pela lei, esperamos encontrar tais comportamentos e resultados. Estão intimamente identificados com a abordagem sugerida pela rubrica, *Realpolitik*. Os elementos da *Realpolitik*, listados exaustivamente, são estes: o interesse do governante, e, depois, do estado, proporciona a génese da acção; as necessidades da política resultam da competição desregulada dos estados; o cálculo baseado nessas necessidades pode identificar as políticas que melhor servirão os interesses de um estado; o sucesso é o teste último da política, e o sucesso é definido como preservador e fortalecedor do estado. Desde Maquiavel, interesse e necessidade – e *raison d'état*, a frase que os compreende – permanecem os conceitos-chaves da *Realpolitik*. De Maquiavel a Meinecke e Morgenthau os elementos da abordagem e o raciocínio permaneceram constantes. Maquiavel evidencia-se tão claramente como o expoente da *Realpolitik* que facilmente pensamos que ele também desenvolveu a ideia, tão intimamente associada, de balança de poder. Apesar de não o ter feito, a sua convicção de que a política pode ser explicada nos seus próprios termos estabeleceu o terreno no qual a teoria da balança de poder pode ser construída.¹⁵

A citação acima nos ajuda a entender o todo da teoria de Waltz. Por um lado ele pretende uma teoria científica, positivada, que siga as regras lógicas de toda a boa teoria científica. De outro lado ele permanece abraçado com as ideologias e teses do realismo tradicional. Até que ponto a sua teoria pode ser considerada uma teoria científica parece um mistério ainda por ser desvendado, contudo a única certeza das conclusões de Waltz, é que

¹⁴ Idem. p. 28.

¹⁵ Idem. p. 162-163.

preso ao passado e as teorias tradicionais de sua corrente de pensamento, ele é incapaz de vestir com o manto científico as teses empoeiradas do realismo político. Por isso, longe de resolver as incongruências do realismo, ele as reforça, pois em suas teses de balança de poder e de realismo estrutural, longe de conseguir resolver de modo positivista as incongruências de seus antecessores, ele permanece preso a elas, e parece incapaz de dar um salto além. De fato, muitas das teses de Waltz não podem ser provadas, mas apenas reforçadas e admitidas como verdade, no mundo da retórica política. As vestes científicas são incapazes de provar certas premissas fundamentais do neorealismo político, apenas elas ganham plausibilidade no momento em que se lançam no mundo incerto e impreciso do universo político com seu relativo grau de precisão. Sendo assim, porque motivos precisamos de uma tese científica das relações internacionais? Quais são os ganhos dessa tese, se as premissas permanecem as mesmas do realismo tradicional? Não estaria Waltz apenas dando credibilidade científica para as mesmas ideologias e retóricas de poder do realismo tradicional? São questões que surgem para a reflexão.

A dificuldade de Waltz em alcançar uma tese científica isenta de valores é percebida por Jackson e Sorensen, como mostra a citação abaixo:

Neste ponto, surge uma característica distinta do neo-realismo. Waltz quer apresentar uma *explicação* científica da política da política internacional; mas não consegue deixar de empregar conceitos de natureza normativa. Conseqüentemente, faz suposições implicitamente normativas e, de fato, fundamenta seu caso em bases normativas típicas do realismo tradicional. Por isso, embora Waltz não se refira de forma explícita a valores ou à ética e evite a teoria normativa, suas suposições, seus conceitos básicos e as questões internacionais com que se preocupa são normativas. Nesse sentido, seu realismo não está tão distante do realismo clássico ou do neoclássico quanto pretende com suas afirmações sobre uma teoria científica. Com isso, percebemos que as tentativas de explicação científica podem com freqüência se basear em normas e valores não identificados como tais.¹⁶

Essa análise de Jackson e Sorensen é justificada quando se percebe que mesmo quando Waltz tenta formular uma teoria de forma coerente e logicamente construída, ela não

¹⁶ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 128-129.

consegue se desvencilhar dos valores do realismo clássico, como se demonstra nessa citação de Waltz:

A política nacional é o domínio da autoridade, da administração e da lei. A política internacional é o domínio do poder, da luta e da acomodação. O domínio internacional é predominantemente um domínio político. O domínio nacional é variadamente descrito como sendo hierárquico, vertical, centralizado, heterogêneo, dirigido e idealizado; o domínio internacional, como sendo anárquico, horizontal, descentralizado, homogêneo, não dirigido e mutuamente adaptável. (...) Em relações internacionais, a força serve, não só como *ultima ratio*, mas, de facto, como a primeira e constante. (...) A possibilidade constante de que a força será usada, limita as manipulações, modera as exigências, e serve como um incentivo para a resolução das disputas.¹⁷

O poder, o interesse, a força, a anarquia, a ameaça constante da força, são conceitos constantes no realismo desde os tempos de Tucídides. A grande diferença do neorealismo de Kenneth Waltz é a maneira sistêmica e estrutural com a qual ele elabora a sua teoria, e revigora os conceitos de anarquia e balanço do poder. O problema não é tanto a ausência desses ingredientes na cena política internacional, mas a falta de uma análise mais imparcial para os fatos políticos e que vislumbre outras características para além dos valores do realismo tradicional. Uma teoria que se pretende científica precisaria ter uma análise menos valorativa e mais isenta, e que não tentassem demonstrar os seus valores como as forças irresistíveis sobre as quais repousa todo o cenário mundial.

Uma análise mais abrangente e que considera outros fatores na ordem internacional é explicitada por Joseph S. Nye Jr.:

Mas as coisas mudaram de três formas. A nível estrutural, os Estados Unidos encontram-se envolvidos na Europa e têm uma dimensão quase quatro vezes maior do que a Alemanha reunificada. Os estruturalistas receiam que os Americanos cessem o seu envolvimento. Com a Guerra Fria terminada, a dada altura os Americanos podem tornar-se isolacionistas e regressar a casa. Mas existem ainda outras mudanças. O processo da política internacional na Europa alterou-se enormemente com o desenvolvimento de novas instituições. A União Europeia une a Alemanha e outros estados europeus de uma forma como nunca antes

¹⁷ WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002. p. 158-159.

estiveram unidos. Uma terceira mudança não ocorre a nível do sistema, mas a nível interno. A política interna da Alemanha representa meio século de democracia e alterações nos valores estimados transformaram um estado belicoso num estado de bem-estar. A Alemanha que causou problemas no centro da Europa em 1870, 1914 e 1939 não era democrática. Qual destas abordagens, estrutural, processual ou interna, melhor conseguirá prever o futuro da Europa? Nós, previsivelmente, prestamos atenção às três.¹⁸

Referências:

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KEOHANE, Robert O. Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press, 1986.

MORGENTHAU, Hans. J. A Política entre as Nações. São Paulo: UNB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NYE, Joseph S.. Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva, 2002.

WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002.

¹⁸ NYE, Joseph S.. Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva, 2002. p. 50.